

108  
De

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 11/85

Em sete dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Pró-Reitoria de Extensão, realizou-se uma reunião do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, convocada e presidida pelo Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor desta Instituição. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Prof. Paulo Domingos Mieres Caruso, Fermin Garcia Fernandez, em substituição a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Francisco Lauredi Griep Pereira em substituição ao Pró-Reitor de Extensão, Prof. Rubens Bellora, Prof. Elio Tersten, Prof. Silvio Brauch, Prof. Claudio Borba Gomes, Profa Antonina Zulema D'Avila Paixão, Ac. Norberto Luiz Giovanaz e Ac. Julio Cesar Saleker. ITEM 1 - ORDEM DO DIA - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR - Foi a mesma aprovada com a retificação do Conselheiro Francisco Lauredi Griep Pereira, à fls.07, linha 330: Substituir Nutrição por Educação. ITEM 2 - CALENDÁRIO ESCOLAR - O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso, fizesse o relato do mesmo. Disse o Conselheiro que o Calendário ora apresentado pela Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência é uma solicitação feita a Reitoria pelos alunos e professores, que tiveram uma reunião com o Magnífico Reitor, logo após o término da greve dos professores, tendo como característica especial: 1 - comprimento dos 90 (noventa) dias letivos, que é de Lei; 2 - uma interrupção durante as duas últimas semanas do mês de dezembro. O Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso fez um amplo relato sobre o Calendário apresentado. O Conselheiro disse que a Procuradoria Jurídica, por solicitação do Presidente deste Egrégio Conselho, emitiu parecer sobre o Calendário Escolar, adaptado em face à paralização das atividades: Consultar o Senhor Presidente do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), face à paralização das atividades escolares, acerca da possibilidade de adaptação do Calendário Escolar de forma a se poder conciliar a conclusão do ano letivo, ou do segundo semestre, com aqueles acontecimentos. Todo esse esforço desenvolvido no sentido de tentar superar os incidentes tendentes a causar, de qualquer forma, prejuízo aos alunos é válido e merece consideração. Porém, evidentemente, não se pode perder de vista que o aprendizado, na educação formal, se substancia num processo, em que o fator tempo assume relevância de primeira ordem na sedimentação dos conhecimentos por adquirir, por isso o período mínimo de trabalho escolar passa a ser imperativo incontornável na manutenção da qualidade do ensino e da qualidade dos profissionais que se pretende formar. E, também, por isso, se resolveu fixar um tempo mínimo de trabalho escolar efetivo, que, em hipótese alguma, poderá ser

109  
CCE

violado. É o que está escrito no artigo 7º, do Decreto-lei nº 464/69: "No ensino superior, o ano letivo, independente do ano civil, abrangerá, no mínimo, cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo não incluindo o tempo reservado a exames". Como a unidade de tempo adotada na integralização curricular pela Universidade é o semestre, entendo que não será possível, - em cada fase de atividade, ou em cada semestre letivo, se desenvolver trabalhos escolares inferiores a 90 (noventa) dias. Diferente seria se a unidade temporal de distribuição curricular fosse por séries anuais, quando, então, as fases de atividade poderiam ser três (3) de 60 dias, ou uma (1) de 80, outra de 40 e a terceira de 60, e assim por diante. Mas, como afirmo, a organização semestral, eleita pela Universidade como alternativa de maior flexibilidade, importa, necessariamente, em impedir a adoção da sistemática que acima exemplifiquei, à exceção, pelo que sei, do 6º ano do curso médico. Vale, ainda, recordar que o Decreto-lei 464/69 apenas veio afirmar a orientação que em ato hierarquicamente inferior (Portaria 159/65) já vinha definida, pois lá está dito (§ 1º, do artigo 4º) que em nenhuma hipótese (grifei) poderá o ano letivo ser inferior a 180 dias de trabalho escolar efetivo. Bem sei das dificuldades que devem estar enfrentando os Colegiados para "acertar" a situação, visando, acima de tudo, aos interesses dos alunos. Também sou favorável a estes "acertos". Porém, insisto, se é certo que poderão acontecer "acertos" não é menos certo que "eles" deverão se ater, de forma absoluta, a disposição legal que me referi, sob pena de violação de norma obrigatória com graves e inevitáveis consequências para a Instituição e, quem sabe, também, para os próprios alunos. Disse o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso que recebeu antes de iniciar a reunião propostas oriundas de diversos Colegiados de Cursos, propostas alternativas de calendário escolar, de acordo com as peculiaridades de cada curso. Entre estas propostas está o processo que origina o ante-projeto de calendário que é o processo de nº 23110.005343/85-17, de 18 de outubro do corrente ano, assinado pelo Prof. Florismar Oliveira Thomaz, Presidente da ADUFPEL, pelo Comando de greve, que encaminha ao Magnífico Reitor proposta para o novo Calendário Escolar. O Senhor relator expôs aos Conselheiros o Calendário proposto pela ADUFPEL. Disse ainda o Conselheiro que o Magnífico Reitor despatchou o processo ao Presidente do COCEPE, e este dirigiu ao Presidente da ADUFPEL o ofício de nº 029/85 da Vice-Reitoria - que diz em seu teor o seguinte: Senhor Presidente. Recebi, por despacho do Magnífico Reitor, o ofício nº 096/85 dessa Associação onde se consigna o que se chamou de "o Novo Calendário Escolar". Surpreso com os termos empregados e, especialmente, com a colocação da matéria, apresso-me a alertá-lo, Senhor Presidente, e a essa Associação, que a competência para elaboração e aprovação do Calendário Escolar é do Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE), conforme esta expressado no Regimento Geral da Instituição. Consequentemente, sendo assim, não posso aceitar que se tente impor um Calendário, face à interrupção das atividades, em flagrante violação das atribuições do órgão responsável pela coordenação das diretrizes gerais e da política de ensino na Instituição. Assim me

110  
vau

manifesto em respeito à competência do órgão que presido e, es-  
pecialmente, para que se preserve acima de tudo, a primazia -  
das normas regimentais. Uma vez definida a questão pelo COCEPE,  
em reunião a ser convocada para esse fim, estarei dando ciên-  
cia à Associação Docente do que ficou aprovado. Sem mais, subs-  
crevo-me. Atenciosamente. Prof. Léo Zilberknop Vice-Reitor. O  
Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso relatou aos Conselhei-  
ros o Calendário elaborado pela Pró-Reitoria Acadêmica e de  
Assistência. O Calendário Escolar foi ampla-  
mente debatido entre os Conselheiros presentes. O Conselheiro  
relator distribui aos Conselheiros, cópias do Calendário Esco-  
lar para o segundo semestre de mil novecentos e oitenta e cin-  
co, e após amplamente debatido foi o mesmo aprovado. O presente  
Calendário Escolar, fica fazendo parte integrante da presente  
Ata, e arquivado na Secretaria dos Conselhos Superiores. O  
Senhor Presidente perguntou ao Conselheiro Paulo Domingos Mie-  
res Caruso, se o mesmo queria fazer uma exposição das propos-  
tas vindas dos diferentes cursos ou se achava melhor fazer uma  
análise mais apurada dos mesmos para posteriormente ter que fa-  
zer o relato. Sua proposição, é que dada a ordem do dia, que se  
continuasse a reunião do dia de amanhã e que este assunto fos-  
se relatado pelo Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso. A  
proposta foi aprovada. 3. NORMAS PARA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS  
Disse o Senhor Presidente que o item três da pauta refere-  
-se a uma Comissão retirada deste Egrégio Conselho que fez um estudo sobre  
normas para Revalidação de Diplomas, Comissão esta composta pe-  
los Conselheiros Paulo Domingos Mieres Caruso e Luisa Helena  
Falkenberg Rausch. O Senhor Presidente solicitou que o Conse-  
lheiro Fermin Garcia Fernandez relatasse o assunto, dizendo -  
inicialmente que as normas para revalidação de diplomas, -  
vinha sendo regulada por duas Portarias, uma que regulava a re-  
validação dos diplomas de graduação e outra que regulava a re-  
validação dos diplomas de pós-graduação. O Senhor Conselheiro  
fez um amplo relato sobre o assunto aos presentes. Referiu-se  
o Senhor Conselheiro a consulta feita pelo Conselho Federal -  
de Educação pelo Presidente deste órgão, no tocante a dispen-  
sa de revalidação dos diplomas nos casos de convênios cultu-  
rais, como também se reportou a resposta vinda do Conselho Fe-  
deral de Educação, que dizia em síntese que as duas resoluções  
que regulavam a revalidação dos diplomas, haviam sido revoga-  
das, e está vigorando no momento uma outra resolução. Esta no-  
va resolução está vigorando desde junho do corrente ano, ela é  
única para os dois cursos de Graduação e Pós-Graduação. Fez o  
Conselheiro um amplo relato sobre a nova resolução em vigor. O  
assunto foi amplamente debatido entre os Conselheiros. Concedi-  
da a palavra ao Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso, este  
disse que separaria o assunto em duas partes: Normas para reva-  
lidação de Diplomas de Pós-Graduação e de Graduação. Disse ain-  
da que dentro da Pós-Graduação, a grande preocupação da Univer-  
sidade é o problema do nosso professor que faz o Curso fora do  
país, de Mestrado ou Doutorado, e na sua volta para a Universi-  
dade este professor requer a sua progressão funcional. Parece  
que a Universidade autoriza o professor fazer o curso, deveria  
no seu retorno em função da apresentação do título, ter a sua  
progressão automática. A matéria colocada em discussão foi

A

net

novamente alvo de diversos debates entre os Conselheiros. Con-  
cedida a palavra ao Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso,-  
este relatou aos Conselheiros presentes, as Normas elaboradas'  
pela Pró-Reitoria de Graduação que se referem ao processo de -  
revalidação de Diplomas e Certificados de Curso de Graduação,'  
de acordo com o disposto no art. 11 da Resolução 03 de 15.06.'  
85 do Conselho Federal de Educação, fazendo distribuir cópias'  
para os Conselheiros presentes. A matéria em questão foi ampla-  
mente debatida e após colocada em votação, foi a mesma aprova-  
da. Ficou também decidido que as presentes normas deveriam pas-  
sar pela Procuradoria Jurídica para que esta emita parecer so-  
bre as mesmas. As Normas para processo de Revalidação de Diplo-  
mas e Certificados de Curso de Graduação, ficam fazendo parte inte-  
grante da presente Ata e arquivadas na Secretaria dos Conse-  
lhos Superiores. O Senhor Presidente disse que no tocante as  
Normas para disciplinar os processos Revalidação e Registros -  
de Títulos, Diplomas e Certificados de Pós-Graduação seriam -  
examinados em uma próxima reunião deste Conselho, onde os Con-  
selheiros estariam aptos para discutir o assunto, dizendo ain-  
da que quando as mesmas fossem apreciadas pelo COCEPE já deve-  
riam vir com o parecer da Procuradoria Jurídica. 4. AValiação  
DE TÍTULOS NOS CONCURSOS PARA PROFESSOR AUXILIAR - Disse o  
Senhor Presidente que o referido item já foi amplamente discu-  
tido neste Conselho, mas como ficou um pouco difícil a inter-  
pretação de como o COCEPE tinha definido, foi redigida uma mi-  
nuta de Resolução, para ser enviada aos Departamentos, com re-  
lação ao item em pauta, ficando assim sua redação: O COCEPE -  
em reunião de 15.08.85, analisando as respostas ao Ofício Cir-  
cular nº 01/85-SCS, resolveu: 1º deixar a critério das Comis-  
sões Examinadoras para Concursos para Professor Auxiliar o  
julgamento dos títulos apresentados pelos candidatos, de acor-  
do com as normas dispostas na Portaria 128 e nos artigos cor-  
respondentes do Regimento Geral da Universidade; 2º definir -  
com a nota mínima de aprovação na prova de títulos, em concur-  
so para Professor Auxiliar, os candidatos que apresentem ape-  
nas diploma de graduação na área em concurso. Colocado em vota-  
ção a proposta acima foi a mesma aprovada por unanimidade. 5.  
PROJETOS DE EXTENSÃO - O Senhor Presidente concedeu a palavra'  
ao relator da Comissão de Extensão, Conselheiro Francisco -  
Lauredi Griep Pereira, para que o mesmo fizesse o relato dos  
processos especificados no item 5, da convocação. PROCESSO Nº  
23110.004047/85-91 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamen-  
to de Letras - Núcleo de Estudos Linguísticos - Encaminha pro-  
jeto de Extensão denominado Inglês I cujo objetivo é levar o  
aluno a usar adequadamente estruturas simples de Língua Ingle-  
sa, possibilitando-lhe, assim, atingir um nível de competência  
comunicativa básica em situações do dia-a-dia. A Comissão de  
Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em dis-  
cussão o parecer da Comissão de Extensão foi o mesmo aprovado.  
PROCESSO Nº 23110.004048/85-53 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES -  
Departamento de Letras - Núcleo de Estudos Linguísticos - Enca-  
minha projeto de extensão denominado Inglês Instrumental II, -  
que tem como objetivo desenvolver a capacidade de compreensão'  
de textos contemporâneos em Língua Inglesa. A Comissão de  
Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em

112  
out

C O C E P E - Fls.05

discussão o parecer exarado pela Comissão de Extensão foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004049/85-16 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Núcleo de Estudos Linguísticos - Encaminha projeto de Extensão denominado Curso de Conversação em Inglês II, que tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento das quatro habilidades básicas da Língua (escutar, falar, ler e escrever) iniciado no semestre anterior especialmente das duas primeiras, buscando, assim, uma maior flexibilidade no uso do idioma, ou seja, o aprimoramento da competência comunicativa - na Língua Inglesa. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Extensão foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004050/85-03 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamento de Letras - Núcleo de Estudos Linguísticos - Encaminha projeto de extensão denominado Teatro em Inglês (para alunos do Curso de Letras do Instituto de Letras e Artes/UFPEL), que tem como objetivo fazer com que os alunos desenvolvam, através do teatro: a. maior vivência da Língua Inglesa; b. a pronuncia, - entonação e dicção; c. a sensibilidade, o senso crítico e a criatividade. Em seu parecer a Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer exarado pela Comissão de Extensão foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004051/85-68 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamento de Letras - NEL - Encaminha projeto de Extensão denominado Teatro em Francês (para alunos do Curso de Letras do Instituto de Letras e Artes/UFPEL), e tem como objetivo fazer com que os alunos desenvolvam através do teatro: a. o conhecimento da Língua Francesa; b. a pronuncia, a entonação e a dicção; c. a sensibilidade, o senso crítico e a criatividade. A Comissão de Extensão é de parecer favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Extensão foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004052/85-21 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamento de Letras - NEL - Encaminha projeto de Extensão denominado Alemão I, que tem como objetivo possibilitar aos interessados (professores de Pós-Graduação e Graduação, comunidade em geral) o conhecimento do idioma alemão. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004130/85-32 - FACULDADE DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS - Departamento de Administração do Lar - Encaminha projeto de Extensão denominado de Curso de Atualização em Economia, que tem como objetivo atualizar os profissionais de Economia Doméstica, na área de Economia. O parecer da Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004148/85-06 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - Departamento de Fundamentos de Educação - Encaminha projeto de Extensão denominado de Aspectos Psicomotores no processo de alfabetização, que tem como objetivo subsidiar professores da rede municipal de ensino em pré-requisitos para um processo de alfabetização. A Comissão de Extensão é de parecer favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.003949/85-31 - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Departamento de Des

11

112  
out

113  
C. C. E. P. E.

266. portos - Coordenação de Extensão - Encaminha projeto de Exten-  
267. são denominado de Integração Universidade - Comunidades de  
268. Periferias para providências cabíveis. O objetivo do projeto'  
269. é oportunizar um processo inter-relacionamento co-responsável'  
270. entre a população de periferia urbana e a comunidade universi-  
271. tária na mobilização e organização popular por meio das ativi-  
272. dades físicas de lazer. A Comissão de Extensão em seu parecer'  
273. é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o  
274. parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCES-  
275. SO Nº 23110.004039/85-62 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Depar-  
276. tamento de Artes Visuais - Encaminha projeto de Extensão deno-  
277. minado Curso de Tecelagem em Tear Vertical, que tem como obje-  
278. tivo possibilitar à clientela condições de exercitar técnicas  
279. de tecelagem. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração'  
280. do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de  
281. Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004040/85-41  
282. INSTITUTO DE LETRAS E ARTES, - Departamento de Artes Visuais -  
283. Encaminha projeto de Extensão denominado Curso de Tecelagem em  
284. Tear Horizontal, que tem como objetivo ensinar os princípios -  
285. de tecelagem em teares horizontais, a alunos excepcionais da  
286. Escola CERENEPE. A Comissão de Extensão é de parecer favorável  
287. à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da  
288. Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº  
289. 23110.004041/85-12 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamen-  
290. to de Artes Visuais - Encaminha projeto de Extensão denominado  
291. de Serigrafia I que tem como objetivo dar aos participantes -  
292. conhecimentos básicos sobre o instrumental e as técnicas de  
293. impressão serigráfica em diferentes materiais. A Comissão de  
294. Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em dis-  
295. cussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprova-  
296. do. PROCESSO Nº 23110.004042/85-77 - INSTITUTO DE LETRAS E  
297. ARTES - Departamento de Artes Visuais - Encaminha projeto de  
298. Extensão denominado de Projeto Gráfico de Letreiros, que tem  
299. como objetivo dar aos alunos conhecimentos básicos sobre os  
300. cálculos e a execução de letras, assim como habilitá-los para  
301. o uso do pincel na confecção de letreiros. A Comissão de Exten-  
302. são é de parecer favorável à execução do projeto. Colocado em  
303. discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo apro-  
304. vado. PROCESSO Nº 23110.004043/85-30 - INSTITUTO DE LETRAS E  
305. ARTES - Departamento de Música e Artes Cênicas - Encaminha pro-  
306. jeto de Extensão denominado de Introdução à flauta Transver-  
307. sa, que tem como objetivo oportunizar o desenvolvimento da mu-  
308. sicalização e despertar o talento musical latente, de modo a  
309. motivar a escolha da música como opção profissional. A Comis-  
310. são de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado'  
311. em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo -  
312. aprovado. PROCESSO Nº 23110.004044/85-01 - INSTITUTO DE LETRAS  
313. E ARTES - Departamento de Letras - NEL - Encaminha projeto -  
314. de Extensão denominado de O ensino da redação do 2º grau, que  
315. tem como objetivo treinar professores na preparação, aplica-  
316. ção, e avaliação da redação no 2º grau. A Comissão de Extensão  
317. é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o  
318. parecer da Comissão de Extensão foi o mesmo aprovado. PROCESSO  
319. Nº 23110.004034/85-49 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departa-  
320. mento de Artes Visuais - Encaminha projeto de Extensão denomi-

K

124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
841  
842  
843  
844  
845  
846  
847  
848  
849  
850  
851  
852  
853  
854  
855  
856  
857  
858  
859  
860  
861  
862  
863  
864  
865  
866  
867  
868  
869  
870  
871  
872  
873  
874  
875  
876  
877  
878  
879  
880  
881  
882  
883  
884  
885  
886  
887  
888  
889  
890  
891  
892  
893  
894  
895  
896  
897  
898  
899  
900  
901  
902  
903  
904  
905  
906  
907  
908  
909  
910  
911  
912  
913  
914  
915  
916  
917  
918  
919  
920  
921  
922  
923  
924  
925  
926  
927  
928  
929  
930  
931  
932  
933  
934  
935  
936  
937  
938  
939  
940  
941  
942  
943  
944  
945  
946  
947  
948  
949  
950  
951  
952  
953  
954  
955  
956  
957  
958  
959  
960  
961  
962  
963  
964  
965  
966  
967  
968  
969  
970  
971  
972  
973  
974  
975  
976  
977  
978  
979  
980  
981  
982  
983  
984  
985  
986  
987  
988  
989  
990  
991  
992  
993  
994  
995  
996  
997  
998  
999  
1000

nado Cerâmica Rústica com aplicação de engoba, que tem como  
objetivo possibilitar o desenvolvimento das diversas técnicas  
de execução de peças rústicas de cerâmica, com aplicação de  
engoba. A Comissão de Extensão é de parecer favorável à execução  
do projeto. Colocado em discussão o parecer emitido pela  
Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº  
23110.004035/85-10 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamento  
de Artes Visuais - Encaminha projeto de Extensão denominado  
de Técnicas Litográficas, que tem como objetivo possibilitar o  
desenvolvimento das diversas técnicas de execução e impressão  
litográficas, através de trabalhos práticos. A Comissão de  
Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão  
o parecer emitido pela Comissão de Extensão, foi o mesmo  
aprovado. PROCESSO Nº 23110.004036/85-74 - INSTITUTO DE  
LETRAS E ARTES - Departamento de Artes Visuais - Encaminha projeto  
de Extensão denominado de Iniciação à Cerâmica II que tem  
como objetivo oportunizar o conhecimento das diversas técnicas  
primárias para execução de peças cerâmicas, dando continuidade  
ao treinamento desenvolvido durante o primeiro período de  
1985. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto.  
Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o  
mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004037/85-37 - INSTITUTO  
DE LETRAS E ARTES - Departamento de Artes Visuais - Encaminha  
projeto de Extensão denominado de Iniciação à Serigrafia que tem  
como objetivo dar aos participantes os conhecimentos básicos sobre o  
instrumental e as técnicas de impressão serigráfica em diferentes  
materiais. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto.  
Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o  
mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004038/85-08 - INSTITUTO DE LETRAS  
E ARTES - Departamento de Artes Visuais - Encaminha projeto de  
Extensão denominado de Tapeçaria de Tecelagem, que tem como objetivo  
proporcionar aos participantes experiências em técnicas de tapeçaria de  
tecelagem, através de materiais diversos. A Comissão de Extensão  
é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o  
parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO  
Nº 23110.004084/85-17 - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA -  
DA - Encaminha projeto de Extensão denominado de Voleibol -  
Treinamento técnico-tático de alto nível, que tem como objetivo  
proporcionar aos participantes do curso, sua atualização nos  
conteúdos específicos de treinamento de voleibol, por meio de  
experiências práticas vividas e observadas no transcorrer do  
mesmo. A Comissão de Extensão é favorável à execução do projeto.  
Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o  
mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004033/85-86 - INSTITUTO  
DE LETRAS E ARTES - Departamento de Artes Visuais - Encaminha  
projeto de Extensão denominado de Batik e Técnicas de Tingimento,  
que tem como objetivo desenvolver a criatividade, através de  
exercícios livres de forma, de cor e de textura. Oportunizar  
aos participantes, a aprendizagem das diversas técnicas de  
tingimento, e do processo do Batik, aplicados a tecidos. A  
Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado  
em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo  
aprovado. PROCESSO Nº 23110.004057/85-44 - INSTITUTO DE  
LETRAS E ARTES - Departamento de Letras - NEL - Encaminha projeto

MS  
Duc

176. projeto de Extensão denominado de Alemão V, que tem como objetivo  
177. possibilitar aos interessados (professores, alunos de Pós-Gradua-  
178. ção e Graduação, comunidade em geral) o conhecimento do idioma  
179. alemão. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do pro-  
180. jeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão,  
181. foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004056/85-81 - INSTITU-  
182. TO DE LETRAS E ARTES - Departamento de Letras - NEL - Enca-  
183. minha projeto de Extensão denominado de Curso de Alemão/con-  
184. versação I, que tem como objetivo proporcionar ao aluno domí-  
185. nio e desembaraço no uso do vocabulário adquirido. A Comissão  
186. de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em  
187. discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo apro-  
188. vado. PROCESSO Nº 23110.004055/85-19 - INSTITUTO DE LETRAS E  
189. ARTES - Departamento de Letras - NEL - Encaminha projeto de  
190. Extensão denominado de Oficina de Criação Literária, que tem  
191. como objetivo oferecer oportunidade de criação literária e de  
192. discussão dos processos criativos, bem como obter informações  
193. que permitam desenvolver instrumentos intelectuais para a aná-  
194. lise do fenômeno literário tanto quanto à forma como ao conteú-  
195. do. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do proje-  
196. to. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, -  
197. foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004054/85-56 - INSTITU-  
198. TO DE LETRAS E ARTES - Departamento de Letras - NEL - Enca-  
199. minha projeto de Extensão denominado de Alemão VII, que tem co-  
200. mo objetivo possibilitar aos interessados (professores, alunos  
201. de Pós-Graduação e Graduação, comunidade em geral) o Conheci-  
202. mento do idioma alemão. A Comissão de Extensão é favorável à  
203. elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da Co-  
204. missão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.00-  
205. 4053/85-93 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamento de  
206. Letras - NEL - Encaminha projeto de Extensão denominado de  
207. Alemão III, que tem como objetivo possibilitar aos interessa-  
208. dos (professores, alunos de Pós-Graduação e Graduação, comuni-  
209. dade em geral) o conhecimento do idioma alemão. A Comissão de  
210. Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em  
211. discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo apro-  
212. vado. PROCESSO Nº 23110.004046/85-28 - INSTITUTO DE LETRAS E  
213. ARTES - Departamento de Letras - NEL - Encaminha projeto de  
214. Extensão denominado Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa  
215. para professores de 5ª e 8ª séries (2ª etapa), e tem como obje-  
216. tivo promover debates em torno da metodologia do ensino da  
217. língua materna nas séries finais de 1º grau, instrumentalizan-  
218. do o professor para a adequação dos conhecimentos adquiridos à  
219. realidade da sala de aula. A Comissão de Extensão é favorável  
220. à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da  
221. Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº  
222. 23110.004045/85-65 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Departamen-  
223. to de Letras - NEL - Encaminha projeto de Extensão denominado  
224. de O ensino de leitura da Gramática e da Composição no Currícu-  
225. lo por atividades, e tem como objetivo promover debates em tor-  
226. no dos objetivos e a metodologia do ensino da língua materna,  
227. nas séries iniciais do 1º grau, instrumentalizando o professor  
228. para elaboração de atividades que valorizam o ensino produti-  
229. vos. A Comissão de Extensão é de parecer favorável à elabora-

116  
Cach

ção do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.003873/85-21 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL - Departamento de Zootecnia (Convênio UFPEL/MA/APICULTURA) - Encaminha projeto de Extensão denominado de Treinamento em Apicultura, que tem como objetivo capacitar teórica e praticamente os técnicos das diversas instituições que atuam na execução do Plano de Desenvolvimento da Apicultura. Permitir a transferência de tecnologia, através de multiplicadores. A Comissão de Extensão é de parecer favorável a execução do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.003144/85-85-10 - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - Departamento de Tecnologia da Construção - Encaminha projeto de Extensão denominado de Assessoria em Ateliês de Planejamento, que tem como objetivo prestar assessoria tecnológica ao Departamento de Arquitetura, nas suas atividades de ensino. A Comissão de Extensão é de parecer favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.003663/85-89 - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - Departamento de Tecnologia da Construção - Encaminha projeto de Extensão denominado de Assessoria em Ateliês de Planejamento em 85/2º e que tem como objetivo prestar assessoria, relativa a tecnologia da construção, ao Departamento de Arquitetura, nas suas atividades de ensino. A Comissão de Extensão é de parecer favorável à execução do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004430/85-76 - CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCONDE DA GRAÇA - Projeto de Extensão - Disse o Conselheiro que o referido processo tem sua origem no Departamento de Supervisão de Orientação Pedagógica/CAVG, que encaminha o projeto de Extensão denominado "Noções de Nutrição" que tem como objetivo atender a nova Lei do Ensino do 2º Grau, dando oportunidade de exteriorizar as potencialidades do educando, através de estágios na comunidade visando o amadurecimento vocacional, caracterizados por maior vivência dos alunos de acordo com suas aptidões, vocações e aspirações. A Comissão de Extensão emitiu parecer favorável a elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004423/85-19 - CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCONDE DA GRAÇA - Projeto de Extensão - O presente processo denominado de "Sobremesa Musical", tem sua origem no Departamento de Supervisão de Orientação Pedagógica do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, que tem como objetivo propiciar momentos de lazer e cultura à comunidade do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, no período vago entre o almoço e o reinício das aulas. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004432/85-00 - CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCONDE DA GRAÇA - Projeto de Extensão - O processo tem origem no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, no Departamento de Supervisão de Orientação Pedagógica, denominado de "Noções de Nutrição e Preparo de Alimentos", e tem como objetivo atender a nova Lei de Ensino do 2º Grau, dando oportunidade de exteriorizar as potencialidades do educando, através de estágios na co-

K

114  
aul

C O C E F E - Fls.10

comunidade visando o amadurecimento educacional, caracterizados -  
para maior vivência dos alunos de acordo com suas aptidões, vo-  
cações e aspirações. A Comissão de Extensão emitiu parecer fa-  
vorável a elaboração do projeto. Colocado em discussão o pare-  
cer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO  
Nº 23110.004431/85-39 - CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCONDE DA GRA-  
ÇA - Projeto de Extensão - O presente processo tem sua origem  
no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, Departamento de Su-  
pervisão de Orientação Pedagógica, que encaminha projeto de  
Extensão denominado "Noções de Nutrição e Preparo de Alimentos"  
que tem como objetivo atender a nova lei de ensino de 2º Grau,  
dando oportunidade de exteriorizar as potencialidades do edu-  
cando, através de estágios na comunidade, visando o amadureci-  
mento vacacional caracterizado por maior vivência dos alunos,  
de acordo com suas aptidões, vocações e aspirações. A Comissão  
de Extensão é de parecer favorável a elaboração do projeto. Co-  
locado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Exten-  
são, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004425/85-35 -  
CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCONDE DA GRAÇA - Projeto de Extensão -  
O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça encaminha projeto de  
Extensão denominado "Educação para o Lar", que tem como objeti-  
vo atender a nova lei do ensino do 2º Grau, dando oportunidade  
de exteriorizar as potencialidades do educando, através de es-  
tágios na comunidade, visando amadurecimento vocacional carac-  
terizado por maior vivência dos alunos, de acordo com suas -  
aptidões e aspirações. A Comissão de Extensão é de parecer fa-  
vorável a elaboração do projeto. Colocado em discussão o pare-  
cer exarado pela Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. -  
PROCESSO Nº 23110.004424/85-74 - CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCONDE  
DA GRAÇA - Projeto de Extensão - Disse o relator que o presen-  
te processo denominado "Curso de Corte e Costura" tem sua ori-  
gem no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, Departamento de  
Supervisão de Orientação Pedagógica, e tem como objetivo aten-  
der a nova lei do ensino do 2º Grau, dando oportunidade de ex-  
teriorizar as potencialidades do educando, através de estágios  
na comunidade, visando o amadurecimento vocacional caracteriza-  
dos por maior vivência dos alunos, de acordo com suas aptidões  
e vocações. A Comissão de Extensão emitiu parecer favorável a  
elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da Co-  
missão de Extensão, foi o mesmo aprovado. PROCESSO: Nº  
23110.004410/85-69 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Projeto de  
Extensão - O processo tem sua origem no Instituto de Letras e  
Artes, Departamento de Artes Visuais, que encaminha o projeto  
de Extensão denominado "Grupo Cerebelo - Momento Zero - Língua  
gens Experimentais", que tem como objetivo propor linguagens -  
experimentais para alunos do Instituto de Letras e Artes e  
abrir espaços para uma atitude crítica perante a arte contempo-  
rânea. A Comissão de Extensão opina favoravelmente a elabora-  
ção do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de  
Extensão, foi o mesmo aprovado. O Senhor Presidente deu por  
suspensa a reunião, às doze horas e trinta minutos, ficando -  
a reunião com sua continuidade marcada para sexta-feira, dia  
18.11.85, às oito horas e trinta minutos, agradecendo a presen-  
ça de todos. REUNIÃO DO COCEPE EM CONTINUIDADE A DO DIA 07.11.

K

*[Handwritten signature]*

118  
JUL

85 - Aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, às oito horas e trinta minutos, o Senhor Presidente deu início a sessão. Iniciando a sessão de continuidade o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Rubens Bellora, que solicita que o processo nº 23110.004542/85 que se refere ao Concurso para Professor Auxiliar, na área de Filosofia do Direito, embora não constando da pauta, fosse analisado nesta sessão. O Senhor Presidente atendendo a solicitação pediu ao Conselheiro Silvio Brauch que fizesse o relato do mesmo. Disse o Conselheiro que após feito o exame nas inscrições para o referido concurso, é de parecer que as mesmas devam ser homologadas por este Egrégio Conselho. Colocado em discussão o parecer exarado pelo Conselheiro, foram as inscrições homologadas pelo COCEPE. A seguir o Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Fermin Garcia Fernandez relatasse aos presentes o Calendário Escolar para o 2º semestre de 1985, para os Cursos de Pós-Graduação. O Conselheiro Fermin Garcia Fernandez fez uma explanação do mesmo aos Conselheiros, dizendo que as alterações previstas coincidem com o Calendário apresentado pela Graduação. O Conselheiro distribuiu cópias do Calendário aos membros do COCEPE. O Calendário apresentado foi amplamente debatido entre os Conselheiros, e após aprovado por unanimidade. O presente Calendário Escolar do 2º Semestre dos Cursos de Pós-Graduação fica fazendo parte integrante da presente Ata e arquivado na Secretaria dos Conselhos Superiores. A seguir o Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso que fizesse o relato dos processos oriundos dos Colegiados de Cursos, que solicitam tratamento especial no que concerne ao Calendário Escolar. PROCESSO Nº 23110.005827/85-85 - FACULDADE DE VETERINÁRIA - Disse o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso que a Faculdade de Veterinária através de seu Diretor encaminha pleito propugnado por estudantes de uma turma do Curso de Medicina Veterinária, mormente ao saber que em outros cursos existem estudos e propostas no mesmo sentido. Disse o Conselheiro que os Formandos de Veterinária encaminharam oficialmente ao Diretor daquela Unidade onde solicitavam a direção da Faculdade a possibilidade de deixar em aberto o calendário escolar aprovado pelo COCEPE. Visto que este é um semestre atípico e que muitos formandos necessitam de sua liberação antes da data prevista. Vemos a possibilidade de negociar a semana acadêmica possibilitando o uso desta para adiantamento de aulas. Após amplos debates sobre a excepcionalidade da solicitação da Faculdade de Veterinária, o COCEPE determinou que o presente processo retorne a origem para que sejam obedecidos os seguintes parâmetros na elaboração de um novo Calendário para turma de Médicos Veterinários de 1985. - 1. Inviabilidade, prevista em Portaria Ministerial (159/65 do CFE), de redução do período letivo semestral (90 dias) e parecer exarado pela Procuradoria Jurídica; 2. Viabilidade de considerar "dias letivos" todos os dias da semana, a partir de 21.10.85, com exceção dos dias 15.11.85, 25.12.85 e 01.01.86. O processo retornou ao Colegiado de Curso de Veterinária para que o mais breve espaço de tempo possível, pronuncie-se. PROCESSO Nº 23110.005684/85-20 - COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO DE ODONTOLOGIA - Encaminha ao Senhor Presidente do COCEPE, ofício 016/85, que em seu teor diz o seguinte: O Colegiado do Curso de Odontologia, reuniu-se no dia 30.10.85, com o fim de apreciar solicitação da Associação Turma de Odontolandos/Dezembro de 85, no sentido de ser reduzido o período letivo, de modo a viabilizar sua colação de grau em dezembro de 1985 (ofício do ATO/85 anexo). Após amplo estudo e discussão do problema em pauta, este órgão emitiu algumas conclusões cuja síntese encaminhando à consideração do COCEPE/UFPEL. A análise dos horários mostra que há possibilidade de a programação semanal das diferentes disciplinas constantes do currículo do 2º semestre (Clínica Integrada II, Traumatologia, Prótese Bu-

113  
out

co-Maxilo-Facial e Odontologia Legal e Orientação Profissio-  
nal) ser intensificada, de modo que a carga horária semestral  
de cada uma delas seja integralmente cumprida antes de se com-  
pletar o período letivo de 90 dias. A mencionada análise dos  
horários mostra que, caso seja feita a intensificação do pro-  
grama, o período de aulas deverá estender-se até o 21 de  
dezembro, seguindo-se o período de exames. Outrossim, ficou  
constatado que não será possível a recuperação, até a mesma  
data, da carga horária relativa a todos os Estágios Supervi-  
sionados. Entretanto, considerando que os mesmos são eletivos,  
essa dificuldade não se constitui em entrave à colação de  
grau. Aqueles estudantes que não cumprirem a carga horária de  
seus respectivos Estágios, não terão os mesmos constantes do  
Histórico Escolar. Constatada a viabilidade técnica (horário -  
anexo), o Colegiado decidiu aprovar "no mérito" a solicitação  
dos estudantes, encaminhando este parecer à deliberação supe-  
rior do COCEPE a quem caberá, na opinião deste Colegiado, a  
análise e decisão referente aos aspectos legais da redução do  
período letivo regular de 90 dias. Sendo o que havia para o  
momento, reitero a V. Exa., votos de apreço e consideração dis-  
tinta. Continuando seu relato disse o Conselheiro Paulo Domín-  
gos Mieres Caruso, que a solicitação do Coordenador do Colegi-  
ado de Curso de Odontologia, prende-se ao fato do ofício enca-  
minhado aquele Coordenador pelo representante da Turma dos  
Odontolandos de dezembro do corrente ano que solicitam o estu-  
dio e a viabilização, por parte do Colegiado de Curso, da ante-  
cipação do calendário para a turma acima referida. A solicita-  
ção deve-se ao fato de que a grande maioria da turma havia, an-  
teriormente a greve dos professores e funcionários da Universi-  
dade Federal de Pelotas, fechado compromissos como voluntários  
para as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Sin-  
dicatos e Centros de Saúde. Para tal compromissos se firmarem,  
a colação de grau deverá ocorrer no mês de dezembro de 1985. -  
Inexo enviam cronograma do novo calendário já aprovado pelos -  
professores das disciplinas envolvidas. Após amplos debates so-  
bre a excepcionalidade da solicitação do Colegiado do Curso de  
Odontologia, o COCEPE determinou que o presente processo retor-  
ne à origem para que sejam obedecidos os seguintes parâmetros  
na elaboração de um novo Calendário para a turma de Odontolan-  
dos de 1985: 1. Inviabilidade, prevista em Portaria Ministe-  
rial (159/65 do Conselho Federal de Educação), de redução do  
período letivo semestral (90 dias) e parecer exarado pela Pro-  
curadoria Jurídica; 2. Viabilidade de utilização dos dias -  
transcorridos na Semana Acadêmica, como "dias letivos"; 3. Via-  
bilidade de considerar "dias letivos" todos os dias da semana,  
a partir de 21.10.85, com exceção dos dias 15.11.85, 25.12.85  
e 01.01.86. O processo retornou ao Colegiado do Curso de Odon-  
tologia, para que nomais breve espaço de tempo possível, pro-  
cure-se sobre a sua proposta inicial, para que a mesma possa  
ser apreciada pelo COCEPE. PROCESSO Nº 23110.005886/85.44 -  
COLEGIADO DE CURSO DE DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU -  
ESQUEMA I - Disse o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso,  
que os formandos deste Curso encaminharam ofício a Coordena-  
do do Colegiado de Curso, onde requerem o seguinte: 1. Consi-  
derando a peculiaridade da turma que traduz no fato da turma

K

20  
Jul

ser composta, em sua unanimidade por profissionais liberais -  
que desempenham diversas atividades no meio social de suma im-  
portância e, que no mês de janeiro, por ser período de férias -  
para a maioria dos demais profissionais que mantem atividades -  
como de primeira necessidade. Por exemplo: o aluno Jorge O. Ma-  
chado é o único médico cirurgião que permanecerá durante o  
mês de janeiro na cidade de Piratin-RS, sendo indispensável a  
sua presença; 2. Considerando que as escolas que oferecem es-  
tágio para os alunos, não permitem que os mesmos realizem a  
prática de ensino no último bimestre, ou seja na maioria das es-  
colas a partir do início do mês de novembro, com exceção das  
escolas: Monsenhor Queiroz, João XXIII, CAVG e Colégio Pello-  
tense; 3. Considerando a possibilidade real de realização de  
concurso público para provimento de cargo de magistério Esta-  
dual, área 3, e sendo indispensável para a inscrição em tal -  
concurso a apresentação do Certificado com o devido registro -  
no MEC (Ministério da Educação e Cultura); 4. Considerando que  
as aulas concentram-se apenas sexta-feira, existindo, portan-  
to, possibilidade real de complementação da carga horária exi-  
gida, em outros dias da semana; Vimos a presença do digno Co-  
legiado apresentar proposta de Calendário para o 2º semestre -  
de 1985, na forma abaixo descrita: Dias letivos já cumpridos: -  
02, 09 e 16/08 Proposta: 25/10, 01/11, 07/11, 08/11, 14/11, 21/11,  
22/11, 28/11, 29/11, 05/12, 06/12, 12/12, 13/12, 19/12, 20/12;  
Obs. Além destas datas os alunos desenvolvem suas atividades  
em datas propostas nas escolas em que realizarão sua prática.  
Em reunião realizada no dia 31.10.85, o Colegiado do Curso  
de Disciplinas Especializadas de 2º Grau - Esquema I, aprovou  
o Calendário proposto pelos alunos, tendo em vista que a prática  
de Ensino é a única disciplina desenvolvida no semestre e,  
também, pelo fato de o calendário escolar das escolas onde os  
alunos farão estágio encerrar no dia 18 de dezembro. O Con-  
selho Paulo Domingos Mieres Caruso disse que o Calendário pro-  
posto está de acordo, e o mesmo deve ser aprovado, pois o Es-  
quema I é regulado por uma legislação especial, e a carga horá-  
ria que está sendo cumprida é superior a carga horária previs-  
ta. Colocado em votação foi o Calendário proposto aprovado -  
por unanimidade. PROCESSO Nº 23110.005885/85-81 - COORDENADOR  
DO COLEGIADO DE CURSO DE MEDICINA - O Conselheiro Paulo Domí-  
ngos Mieres Caruso disse que o Coordenador do Colegiado de Cur-  
so, encaminhou ofício ao Presidente do COCEPE que no seu teor  
faz o seguinte: Motivado pela interrupção das atividades leti-  
vas no período de 19/08 a 20/10 do corrente ano e o reinício -  
das mesmas em 21/10, novo calendário para continuidade do pro-  
grama e fechamento do semestre foi elaborado em nossa Universi-  
dade. Tomamos conhecimento do mesmo através do Senhor Pró-Rei-  
tor Acadêmico em reunião por ele convocada, com o comparecimen-  
to de todos os Coordenadores de Cursos das diferentes Unida-  
des de nossa Universidade, realizada em 25/10 próximo passado  
no Campus Universitário. Sabemos que o referido calendário se-  
rá submetido à apreciação do COCEPE na próxima reunião deste  
órgão. Queremos então, através deste, manifestar nossa opinião  
e enquadramento frente ao novo período, como também relatar e  
solicitar uma alteração para algumas situações especiais que  
ocorrem em nosso Curso Médico, notadamente nas turmas fi-

121  
jul

nais. Inicialmente manifestamos que, estamos de acordo com as datas do novo calendário proposto, nos parecendo adequado, Inclusive para os alunos do 1º ao 8º semestre já nos adiantamos um pouco e reprogramamos as atividades com as novas datas. Porém, temos problemas nas turmas do 9º e 10º semestres (5º ano) e na turma de doutorandos (6º ano), sobre os quais faremos breve relato, opinaremos sobre este problema. Salientamos que tais problemas foram exaustivamente discutidos por nós e a sugestão de solução que emitimos, e que segue a análise dos problemas, nos parece adequada, legal e possível de ser realizada. Iniciaremos pela turma de doutorandos. Como é de seu conhecimento, em nosso Hospital Escola temos limitada capacidade de abrigar alunos estagiários para realização do 6º ano (estagiários - conclusão de curso). Com isto, e tendo em vista o número de alunos, há muitos anos vigoram nesta Unidade, convênios com Hospitais de Porto Alegre, onde um número expressivo de alunos nossos presta seus estágios de último ano. O Hospital Conceição, o Hospital Ernesto Dornelles e o Hospital Presidente Vargas, são as entidades a quem enviamos anualmente alunos. Na turma atual, o total de doutorandos nestes Hospitais de Porto Alegre, atinge o número de 47. 26 alunos desta turma fazem estágios no nosso Hospital Escola e 6 alunos cumprim o chamado "Plano Piloto", também local, e dirigido pelo Departamento de Medicina Social. O total então de alunos desta turma é de 79. Quando do movimento grevista, e a consequente paralização das atividades curriculares, os 47 alunos de Porto Alegre em nenhum momento cessaram suas atividades. Dos alunos que estão em Pelotas, parte deles. 8 alunos que estagiavam na Ginecologia e Obstetrícia não pararam também pois os professores do referido estágio continuaram lá suas atividades. Um grupo de 21 alunos que estagiavam em Clínica Médica, Pediatria e Cirurgia Geral, é que pararam suas atividades. A paralização se deu a partir do dia 27/08 (8 dias após o início da greve dos professores porque houve um acordo nas áreas do Hospital Escola de se continuar atendimento por mais 8 dias) estendendo-se até o dia 20/10. Os estágios de 6º ano, 5 ao todo, tem 73 dias cada sendo que os alunos que haviam iniciado seu estágio em 09/07 e deveriam encerra-lo em 19/09, perderam 23 dias de atividades do mesmo. No estágio que se iniciou em 20/09 e tem seu término inicialmente programado para 30/11, os alunos perderam 30 dias. As normas de Internato do MEC (vide Manual do Internato - MEC - Brasília 1984 - Secretaria da Educação Superior - Cadernos de Ciências da Saúde nº 7) dizem que: "tratando-se de treinamento contínuo, o programa de internato deve ter sua duração expressa em CARGA HORÁRIA GLOBAL (grifo do original), que não deverá ser inferior a 1800 horas" (ponto 4, letra E, - cap. II, pg. 5). e que: "São obrigatórias às áreas de Cirurgia Geral, Pediatria, Tocoginecologia e Clínica Médica" (ponto 3, - cap. II, pg. 4). Conclui-se que, no mínimo, o aluno em regime de internato, necessita desenvolver 450 horas em cada uma das áreas. A carga horária global de internato em nossa Faculdade excede em muito o mínimo previsto pelo MEC pois perfazemos um total de 3534 horas, distribuídas em 5 diferentes áreas: Cirurgia Geral 750 horas, Clínica Médica 750 horas, Tocoginecologia 750 horas, Pediatria 864 horas e Plano 5, que

K



122  
JCH


1. engloba atividades das 4 áreas em atendimento ambulatorial pe-  
2. riférico e Pronto Socorro, com carga horária de 420 horas. O  
3. grupo de alunos que perdeu 23 dias no primeiro estágio (7 alu-  
4. nos em Clínica Médica, 7 alunos em Cirurgia Geral e 7 alunos -  
5. em Pediatria) cumpriu 50 dias dos mesmos. Como a carga horária  
6. média diária é de 10 horas para a Clínica Médica e Cirurgia Ge-  
7. ral, os mesmos cumpriram 500 horas em cada estágio, o que,  
8. acrescido às 105 horas correspondentes a Clínica Médica, e  
9. 105 horas correspondentes a Cirurgia Geral que são desenvolvi-  
10. das no Plano 5, faz com que estes alunos, mesmo com a paraliza-  
11. ção, tenham cumprido 605 horas em Clínica Médica e Cirurgia Ge-  
12. ral o que excede bastante o mínimo exigido pelo MEC. Os 7 alu-  
13. nos em Pediatria cuja carga horária diária média é de 12 ho-  
14. ras, acrescentando-se as 105 horas do Plano 5 cumpriram, no  
15. Internato 705 horas de Pediatria, também bem acima do exigido  
16. pelo MEC. Nos estágios que iniciarem em 20/09, a perda foi um  
17. pouco maior (30 dias) mas também aqui a carga horária desen-  
18. volvida pelos alunos (43 dias), mais as horas referentes a  
19. cada área cumprida no Plano 5, totalizam 535 horas para Clini-  
20. ca Médica e Cirurgia Geral, e 621 horas para Pediatria. Mesmo  
21. assim com esta carga horária cumprida, e ora explanada, os es-  
22. tágios que findariam em 30/11 do corrente serão prolongados  
23. por mais 10 dias, indo até 10/12, com objetivo de favorecer os  
24. alunos em seu aprendizado. Com isto os alunos de Clínica Médi-  
25. ca e Cirurgia Geral ficarão com 635 horas e os de Pediatria -  
26. 741 horas. Finalizando, Senhor Presidente, pelo acima exposto -  
27. acreditamos que a formatura da atual turma de doutorandos deva  
28. ser mantida para o dia 14/12 do corrente ano. Acreditamos não  
29. estar abrindo precedente que possa nos trazer prejuízo futuros  
30. pois a excepcionalidade da situação, que repetimos, atinge so-  
31. mente 21 alunos de uma turma de 79, bem o justifica. O segundo  
32. problema diz respeito ao nosso atual 5º ano (9º e 10º semes-  
33. tres). Como expomos anteriormente, 66% do grupo de alunos que  
34. iniciará os estágios de 6º ano necessita ir para Porto Alegre  
35. para lá realizá-los. Com os Hospitais que temos convênio e con-  
36. forme o nosso programa, os estágios iniciam-se sempre em 1º de  
37. dezembro. Diante da impossibilidade de conclusão do 5º ano em  
38. 30 de novembro do corrente, estabelecemos contato com os Pro-  
39. fessores-Chefes e responsáveis pela supervisão de Internato -  
40. dos referidos Hospitais, solicitando a eles a permissão de nos-  
41. sos estagiários iniciarem mais tarde suas atividades. Todos -  
42. mostraram-se compreensivos diante de nossa argumentação, de-  
43. monstraram boa vontade no auxílio de uma solução adequada, pro-  
44. longando por um mês o início, porém não mais do que isto pois  
45. tal fato acarretaria sérios problemas funcionais no entrosamen-  
46. to interno-professor-residente, impossibilitando a realização  
47. dos estágios. Consequente a isto não poderiam aceitar nossos -  
48. alunos, fornecendo nossas vagas para alunos das outras escolas  
49. médicas de nosso Estado que para lá enviam estagiários. Diante  
50. de tal situação, vimo-nos na contingência de procurar, de to-  
51. das as formas encerrar as atividades letivas do 5º ano o mais  
52. tarde em 31/12 para que, nos primeiros dias de janeiro de 86,  
53. nossos alunos pudessem iniciar o Internato. Na reunião de to-  
54. dos os Coordenadores de Colegiados com o Senhor Pró-Reitor Aca-  
55. dêmico, foi debatida a portaria Ministerial nº 159, de

4



123  
Couto

de 06 de 1965, que "Fixa, sob novos critérios, a duração - dos Cursos Superiores" - onde, no artigo 4º - parágrafo 1º, - diz que em nenhuma hipótese poderá o ano letivo ser inferior a 180 dias de trabalho escolar efetivo". Porém no parágrafo 2º do mesmo artigo lê-se: "a diminuição e o aumento do trabalho - escolar, na forma deste artigo se farão: a) como norma geral - do estabelecimento. b) como possibilidade de variação entre - alunos. O parágrafo 3º diz: quando for admitida a hipótese da letra "b" do parágrafo anterior, vários ritmos de integralização anual do tempo útil poderão coexistir no mesmo estabelecimento". Por fim, o artigo 7º da mesma portaria diz que: " NOS CASOS EM QUE SEJA ADMITIDA A REDUÇÃO DO TEMPO TOTAL PARA TODOS OS ALUNOS, OU PARTE DELES, A APROVAÇÃO DOS CORRESPONDENTES DISPOSITIVOS REGIMENTAIS SE FARÁ À VISTA DE PLANO EM QUE FIQUE EVIDENCIADA A EXIQUIBILIDADE DA SOLUÇÃO SEM QUEBRA DOS PADRÕES DO ENSINO DO ESTABELECIMENTO". Diante dos termos desta portaria, e dada a delicada situação que enfrentamos, elaboramos em conjunto (professores, Colegiado de Curso e alunos) um plano - de desenvolvimento do 5º ano para que seu término se dê em 31/12. Para tal, após estudo de carga horária, créditos práticos e teóricos, verificamos ser perfeitamente possível colocar nas atividades teóricas e práticas a serem desenvolvidas - de agora até 31/12, toda a carga prática e teórica que seria - desenvolvida no mês de janeiro. O período de paralização de 12 dias, 22/12 a 02.01.86, que consta no projeto do novo calendário, não seria observado para os alunos e professores do 5º ano, pois as atividades, principalmente práticas não paralisariam nestes dias. Já há a concordância dos alunos e professores envolvidos no programa. As aulas teóricas que seriam ministradas em janeiro de 86, serão dadas em acréscimo no período de 04/11 à 31/12, em horários vagos da planilha de atividades semanal dos alunos. Assim, por exemplo, a Disciplina de Psiquiatria, onde constam duas aulas teóricas por semana, e consequentemente oito aulas no mês de janeiro, a partir de 4/11 passaria a dar uma aula teórica a mais semanalmente, nas quartas-feiras às 19:00 horas, cumprindo com isto a carga horária teórica total programada para o semestre e na qual os alunos se matricularam. Assim, em todas as Disciplinas, tal é perfeitamente possível. Há uma sobrecarga, é lógico, para os alunos, o que nos parece até didaticamente discutível, mas os próprios alunos, ao considerar qual o prejuízo maior, julgaram ser este o menor preferindo esta sobrecarga à perda de seus estudos. Também os professores e nós do Colegiado assim pensamos. Quanto a carga prática, também é possível desenvolver de 15/11 à 31/12 toda a atividade que seria feita em janeiro. Também aqui no período de 22/12 à 02/01/86 haveriam atividades - práticas de ambulatório e, principalmente, Hospital. Como o 5º ano tem suas atividades práticas desenvolvidas em ambulatório e Hospital, haveria intensificação da atividade hospitalar, ingressando os alunos nas enfermarias de Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia, Tocoginecologia e Pronto Socorro de nosso Hospital e lá, desenvolvendo atividades de assistência integral aos pacientes internados, ingressando também nas escalas de plantões. Também os alunos que estão na Psiquiatria entrariam em escala de plantão no Sanatório Espirita. Nos fins -



129  
Jes

de semana em manhãs de sábados e domingos os alunos desenvolvem atividades de assistência aos pacientes (evolução, prescrição, novas internações) com atividades práticas e teóricas-práticas. Salientamos que todos os professores participantes - do programa estão a par e de acordo com o mesmo. Fizemos o cálculo das necessidades adicionais de carga prática a serem desenvolvidas de 15/11 à 31/12, para cada diferente disciplina, em substituição às atividades que seriam desenvolvidas em janeiro e tal nos parece perfeitamente possível. Salientamos que também este problema do 5º ano exposto na reunião com os Coordenadores de Colegiados, estando os mesmos de acordo com nossa ideia. Assim sendo, Senhor Presidente, levando sempre em conta as dificuldades em que nós professores e alunos nos encontramos e a excepcionalidade da situação, e a necessidade de aprovação deste plano, solicitamos atendimento a nossas solicitações. Acreditamos também que esta situação torna bastante evidente a necessidade de dispormos de Hospital próprio, capaz de abrigar toda a demanda de sextanistas. Após amplos debates sobre a excepcionalidade da solicitação do Colegiado do Curso de Medicina o COCEPE tendo em vista a argumentação exposta - quanto aos Doutorandos daquele Curso, nada tem a opor quanto a solicitação, considerando a mesma aprovada. Com relação aos problemas referidos no 9º e 10º semestre do Curso de Medicina (2ª parte da solicitação); o COCEPE determinou que o presente processo retorne a origem para que sejam obedecidos os seguintes parâmetros na elaboração de um novo Calendário para as referidas turmas (9º e 10º semestres do Curso): 1º - Inviabilidade prevista em Portaria Ministerial (159/65 do CFE), de redução - do período letivo semestral (90 dias) e parecer exarado pela Procuradoria Jurídica; 2º - Viabilidade de considerar "dias letivos" todos os dias da semana, a partir de 21.10.85, com exceção dos dias 15.11.85, 25.12.85 e 01.01.86. O processo retorne ao Colegiado do Curso de Medicina, para que no mais breve espaço de tempo possível, pronuncie-se sobre a sua proposta inicial, para que a mesma possa ser apreciada pelo COCEPE. PROCESSO Nº 23110.005569/85-91 - COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO DE DIREITO - O Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso, disse que o Coordenador do Colegiado de Curso de Direito encaminhou ofício ao Presidente do COCEPE onde o mesmo encaminha - para apreciação do Egrégio Conselho Coordenador do Ensino e Pesquisa (COCEPE), pedido dos formandos desta Unidade, no sentido de que seja autorizada, em princípio, a implantação de um calendário alternativo, para este semestre relativo, exclusivamente, às disciplinas de conclusão de curso. Esclareço a Exa. que o colegiado de Curso de Direito, em reunião hoje realizada, manifestou-se favoravelmente à medida. Disse ainda o Conselheiro que os formandos do corrente ano, através de uma associação enviou ofício ao Coordenador do referido curso fazendo que tendo em vista a recente paralisação desencadeada pelo corpo docente, cujas circunstâncias, sabidamente, acabam por produzir os seus reflexos mais prejudiciais sobre o corpo discente, recorrem a este Egrégio Colegiado para tecer as seguintes ponderações, e finalmente requerer: Levando-se em conta a fixação do novo calendário acadêmico, cujo término regular de aulas foi determinado para o dia 27 (vinte e sete) de

125  
Jul

Em janeiro de 1986, identifica-se de imediato, e de forma irrecuperável, os seguintes prejuízos: Impossibilidade de tempestiva inscrição junto ao órgão de classe, não menos intempestiva possibilidade de realização de exames em ordens de advogados de outros estados, como é o caso de Santa Catarina, impossibilidade de ter acesso aos cursos de formação da Associação dos Juizes do Estado do Rio Grande do Sul (AJURIS), Fundação Escola Superior do Ministério Público (ESMP), e Fundação Oswaldo Verger, para, outras, o que provocaria, no caso dos alunos interessados nessa formação a inatividade por um período mínimo de 01 (um) ano, sem falar que não teriam sequer condições para realização de especialização a nível de pós-graduação. (II) Não fossem bastantes tais ponderações, todas perfeitamente notabilizadas, acresça-se o agravamento das condições econômicas, já que notoriamente aqueles estudantes domiciliados em outras localidades, estarão condicionados a renovação dos contratos de locação, que quando muito poderão atingir 6 (seis) meses, necessariamente não utilizados, implicarão em multa contratual. Com certeza tornam-se evidentes os outros aspectos, incidentes no sentido do agravamento da situação econômica dos estudantes. (III) Certificando-se das disciplinas regulares, oferecidas no 10º (décimo) semestre - Medicina legal II, Prática Forense, Direito Civil VII, Direito Processual civil IV, Direito Processual Penal II e Direito Internacional Privado II - e, examinando-se numa perspectiva de um calendário alternativo, com término definitivo para o dia 22 (vinte e dois) de dezembro, o que tornaria inarredável a data já fixada para a formatura, - constata-se que na projeção das horas-aula regulares, teríamos uma deficiência de 8 (oito), 18 (dezoito), 15 (quinze), 11 (onze), 12 (doze) e 8 (oito), respectivamente, horas-aula. (IV) Tendo em vista a disponibilidade integral de 01 (um) turno, pela parte da tarde, nesta Faculdade, e a possibilidade eventual das tardes de sábados, cujos períodos com a anuência dos professores responsáveis pelas respectivas cadeiras, poderão se utilizadas, viabiliza-se o cumprimento do calendário acadêmico, com a obviedade da transformação em horas-aula, do cumprimento integral do referido. Certamente a adaptação das horas-aula faltantes, far-se-á na disponibilidade de tempo de cada professor junto aos turnos referidos. Tendo em vista as razões ora sucintamente aduzidas, e levando-se em conta a irreparabilidade do dano latente, ROGA-SE a este Colegiado, que encaminhe, após parecer favorável, solicitação ao Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa (COCEPE), expediente, embaixado nas colocações dos itens supracitados, objetivando a obtenção de período especial para ministração de aulas, possibilitando-se assim, não só a realização da formatura na data aprazada, mas, principalmente, o desaparecimento dos danos acima denunciados. Face a excepcionalidade das razões invocadas impõe-se a realização de uma reunião extraordinária deste Colegiado, para o tempestivo encaminhamento. Após amplos debates sobre a excepcionalidade da solicitação do Colegiado do Curso de Direito, o COCEPE determinou que o presente processo retorne a origem para que sejam obedecidos os seguintes parâmetros: elaboração de um novo calendário para a turma de Bacharelado de Direito de 1985. 1. Inviabilidade, prevista em Portaria

h

126  
Paul

Ministerial (159/65 do Conselho Federal de Educação), de redução do período letivo semestral (90 dias) e parecer exarado pela Procuradoria Jurídica; 2. Viabilidade de utilização dos dias utilizados pelos alunos na "Assistência Jurídica" como "dias letivos"; 3. Viabilidade de considerar "dias letivos" todos os dias da semana, a partir de 21.10.85, com exceção dos dias 15.11.85, 25.12.85 e 01.01.86. O processo retornou ao Colegiado do Curso de Direito, para que no mais breve espaço de tempo possível, pronuncie-se sobre a sua proposta inicial, para que a mesma possa ser apreciada pelo COCEPE. 6. PROCESSO Nº 23110.005884/85-19 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - O Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Fermin Garcia Fernandez que relatasse o processo supra. Disse o Conselheiro que trata o presente processo de um abaixo assinado de alunos do Curso de Pós-Graduação em Educação que solicitam alteração no horário vigente, apresentando uma proposta sobre o mesmo, especificada à fls. 1 e 2 do processo. A proposta foi aprovada "ad referendum" do Colegiado de Curso em 07.11.85, e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em seu parecer diz que as alterações propostas referem-se unicamente ao aproveitamento de horários disponíveis sem contudo modificar essencialmente o calendário aprovado. O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação no exercício, é favorável a pretensão do colegiado. Colocado em discussão o parecer exarado, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.0003027-35-44 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - Reformulação de Currículo. O Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso que fizesse o relato do processo. Disse o relator da Comissão de Graduação que o processo supra tem sua origem na Faculdade de Educação, que encaminha proposta de reformulação do Currículo do Curso de Licenciatura Plena para Graduação de professores da Parte de formação Especial do Currículo de Ensino de II Grau. Diz em sua proposta de reformulação que a mesma foi aprovada pelo Colegiado de Curso e Conselho Departamental da Faculdade de Educação. Anexo cópia do ofício da Coordenadora do Curso (fls.02/03) onde expõe os motivos de reformulação como também anexa uma cópia do currículo em vigor (fls. 04/05). A Comissão de Graduação do COCEPE, baixou o processo em diligência à Coordenação do Curso para que a mesma relacionasse as alterações, justificando-as; anexar as emendas e os conteúdos programáticos; informar quando seria aplicado o novo currículo. A Coordenadora do Curso, cumprindo a diligência solicitada pela Comissão de Graduação, assim se manifestou: 1. - Relação de disciplinas que sofreram alterações; 1.1. Didática de disciplinas especializadas. A disciplina em questão tinha 8 créditos (8) créditos. Foi desdobrada em : a) Didática de disciplinas especializadas (4) créditos, visando direcionar o ensino para as diferentes especificidades do conteúdo e do curso; b) Avaliação educacional. (4) créditos, foi incluída para oferecer ao aluno condições de acompanhamento do processo de ensino aprendizagem em suas diferentes fases: diagnóstica, formativa e classificatória. 1.2. Filosofia da Educação II. A disciplina sofreu o acréscimo de mais um crédito por considerar-se que os dois créditos que tinha anteriormente, eram insuficientes. 1.3. Orientação Educacional e Ocupacional. A disciplina teve seu número de créditos reduzidos de quatro para três, por conside-

127  
Out

1.4 Prática de ensino. Sofreu uma redução de sete créditos, para cinco créditos (ver observação). 1.5. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus. Era desenvolvida em dois semestres (Estrutura - I, com três créditos e Estrutura II, com três créditos). Passou a ser considerada uma única disciplina, oferecida no 2º semestre, com quatro créditos. (Ver observação). OBSERVAÇÕES: Não que diz respeito a diminuição da carga horária das disciplinas de Didática de Disciplinas Especializadas, Orientação Educacional e Ocupacional Prática de Ensino e a retirada da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau da base curricular do 1º semestre, deveu-se a necessidade de incluir-se as disciplinas de Sociologia Geral e da Educação. Metodologia do Estudo e aumentar a carga horária de Filosofia da Educação II. 2. Disciplinas que foram incluídas no currículo: 2.1. Sociologia Geral e da Educação. Foi incluída por possibilitar uma melhor compreensão da sociedade e da inter-relação escola-educação-sociedade, além de oferecer conhecimentos que são necessários à disciplina Sistema Educacional Brasileiro no que se refere a análise sociológica do contexto em que se insere a educação. 2.2. Metodologia do Estudo. Esta disciplina visa instrumentalizar o aluno para um melhor desempenho nos estudos tanto durante a realização do curso como em estudos posteriores, o que é de fundamental importância para quem se dedica ao trabalho intelectual. IM ANEXO, ementas e conteúdos programáticos. O referido currículo será aplicado após sua aprovação, respeitados os trâmites legais. A Comissão de Graduação é de parecer favorável à solicitação. Colocado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Graduação, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.003332/85-11 - CURSO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA - Apreciação do Novo Currículo - O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Paulo Domingos Mieres - Caruso, relator da Comissão de Graduação do COCEPE, fizesse o relato do mesmo. Disse o Conselheiro que o Curso de Engenharia Agrícola, através do Coordenador do Colegiado de Curso - envia para apreciação deste Colendo Órgão, a proposta de um novo currículo pleno para o Curso de Engenharia Agrícola, o qual foi elaborado de acordo com o último currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, através da Resolução - 17 de 11.04.84. O referido currículo foi aprovado pelo Colegiado de Curso (Ata fls.02/03) e sua implantação dar-se-á no próximo semestre. Junta ao processo a proposta do novo currículo pleno do Curso (fls.04/20), os objetivos e emendas das disciplinas obrigatórias (fls.22/31), as matérias de formação geral (fls.32/48), os objetivos e ementas das disciplinas optativas (fls.49/51) e o Fluxograma do Plano de Estudo padrão (fls. 52/53). Posteriormente foi solicitado ao Prof. Eurico C. Neves análise e parecer sobre o processo no tocante a carga horária e implantação no próximo semestre. Atendendo a solicitação o Prof. Eurico C. Neves assim se manifestou: 1. Carga Horária total do Curso. Pelo novo currículo, a carga horária total do Curso de Engenharia Agrícola seria de 4.335 horas, havendo - portanto um acréscimo de 735 horas comparativamente às 3.600 - consideradas pelo Conselho Federal de Educação (C.F.E.). No-

md

128  
Jan

te-se, porém, que o próprio C.F.E. não limita a carga horária máxima; de acordo com a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1978, Art. 26, "O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em Lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional." Ainda referente a tal matéria, existe o Parecer nº 85/70, de 02 de fevereiro de 1970, que em seu item 8 explicita: "Duração dos cursos, expressa em horas-aula, é fixada em termos de duração mínima, com observância dos limites máximos e mínimos de execução dos cursos, estabelecidos pelo CFE." Cabe ainda ressaltar que a carga horária total do currículo vigente é de 4.140 horas, não sendo computadas aqui as horas referentes ao trabalho de graduação (180), disciplinas complementares (120) e eletivas. Considerando-se que, no novo currículo proposto, já estão computadas as horas relativas ao trabalho de graduação e que as disciplinas eletivas eram oferecidas tiveram seus conteúdos diluídos em novas disciplinas obrigatórias, constata-se que a diferença em termos de carga horária do novo currículo para o antigo é mínimo. Por fim, deve-se citar o fato que a maioria dos cursos de Engenharia ultrapassa bastante o limite mínimo da carga horária fixada pelo CFE. 2. Implantação no próximo semestre. Com relação a esta matéria - existe o Parecer nº 85/70 do CFE que, em seus itens 09 e 10, - explicita: "9. Os currículos mínimos, uma vez homologados pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura e publicados, entrarão em vigor imediatamente no ano letivo a iniciar-se, para alunos matriculados no primeiro ano dos cursos. 10. Na hipótese de fácil adaptação e a juízo dos estabelecimentos, a execução do novo currículo mínimo poderá estender-se aos outros anos ou a todo o curso. Nestes casos, o princípio a ser observado é que a aplicação do novo currículo deverá ser feita de modo a não acarretar descontinuidade ou prejuízo para a formação anterior." Claro está que o citado parecer refere-se à implantação de currículo mínimos porém pode-se estendê-lo ao currículo pleno. Assim, alterações em conteúdos programáticos, alterações de pré-requisitos e introdução de novas disciplinas poderiam ser implantados imediatamente, desde que não acarretasse transbordamentos ou prejuízos aos alunos atualmente matriculados. Em seu despacho a Comissão de Graduação do COCEPE, nada tem a opor à implantação no 1º semestre de 1986. Colocado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Graduação do COCEPE, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº 23110.004377/85-95 - INSTITUTO DE FÍSICA E MATEMÁTICA - O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Paulo Domingos Mieres Caruso que relatasse o processo. Disse inicialmente o relator da Comissão de Graduação do COCEPE, que o presente processo tem origem no Departamento de Matemática e Estatística - Instituto de Física e Matemática, que envia expediente ao Presidente deste Egrégio Conselho (fls.01) dizendo que o Departamento, menor fração da estrutura Universitária, de instituto básico ministra disciplinas básicas, isto é, disciplinas comuns a diversos cursos da Universidade, que os Colegiados de Curso, no intuito de oferecer melhor aos seus alunos, solicitam aos departamentos disciplinas básicas, mas específicas para cada curso, de acordo com o perfil do profissional, que o curso visa formar; que se o departamento fosse aten-



139  
Jaw

der as solicitações dos diversos Colegiados de Cursos da Uni-  
versidade deveria ministrar uma mesma disciplina com cargas ho-  
rárias e conteúdos diferentes, contrariando a filosofia da re-  
forma universitária; que o departamento tem dúvida quanto ao  
atendimento ou não das solicitações acima consideradas; Solici-  
ta uma definição oficial do COCEPE quanto ao oferecimento ou  
não de disciplinas básicas específicas para cada curso. A Co-  
missão de Graduação do COCEPE opina que: 1) Os Institutos Bási-  
cos fornecem as disciplinas básicas comuns a mais de um curso;  
2) As disciplinas básicas específicas de cada curso devem ser  
fornecidas de acordo com a capacidade dos departamentos a que  
pertencem. A seguir o Senhor Presidente colocou em discussão o  
parecer exarado pela Comissão de Graduação. A matéria foi  
amplamente debatida entre os Conselheiros presentes. Posterior-  
mente, foi a mesma esgotada sua discussão, e o COCEPE aprovou  
o parecer da Comissão de Graduação, com a modificação da pala-  
vra "disciplina" pela palavra "conteúdo", ficando assim a nova  
redação do parecer: A Comissão de Graduação opina que: 1. Os  
Institutos Básicos fornecem os conteúdos básicos comuns a  
mais de um Curso; 2. Os conteúdos básicos específicos de cada  
Curso devem ser fornecidos de acordo com a capacidade dos de-  
partamentos a que eles pertençam. Nada mais havendo a tratar,  
o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, às doze horas e  
trinta minutos. Para constar, eu, Sued Ferreira Ro-  
drigues, Assistente dos Conselhos Superiores, lavrei a presen-  
te Ata. Secretaria dos Conselhos Superiores, aos dezoito dias  
do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco.x.x.x

*[Handwritten signature]*

...o currículo pleno da Faculdade de Medicina...  
...de TÉCNICAS BÁSICAS DE ENFERMAGEM...  
...e dois créditos a ser oferecidos...  
...DE ADULTOS para a...  
...prática de 150 horas, isto é, 3 créditos...  
...o ofício programa da disciplina de Técnicas Básicas de Enfermagem...  
...no tocante a disciplina de Clínica Ambulatorial...  
...como atividade nos mesmos moldes agora...  
...há alguns anos com o mesmo número de créditos...  
...que fazia, parte da disciplina de Patologia...  
...cujo conteúdo teórico foi suprimido...  
...prática ambulatorial desvinculada de qualquer...  
...o parecer a Comissão de Graduação do COCEPE...  
...das disciplinas de Técnicas Básicas de Enfermagem...  
...disciplina de Clínica Ambulatorial de Adultos para...  
...de ensino. Colocado em discussão o parecer da Comissão...  
...do COCEPE, foi o mesmo aprovado. 3. ...  
...005084/85-52. - PROFA. MARIA DA GRACA RICARDO...  
...de afastamento - O Senhor Presidente disse...  
...sua oficina onde solicita sua prorrogação...  
...concluir sua tese. O pedido foi aprovado...  
...afastamento. O Escritório de Pós-Graduação...  
...para instruir o processo, e em seu despacho...  
...de Pesquisa e Pós-Graduação diz que atendido o...  
...art. 49 e 79 das Normas para afastamento de docentes...  
...referendo a aprovação do Departamento de...  
...favoráveis a prorrogação solicitada. Colocado em...